

ATA

2ª REUNIÃO FÓRUM PAULISTA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

4 **Data:** 02 de dezembro de 2021
5 **Horário:** 9h30min
6 **Local:** Plataforma Teams por videoconferência

Membros Presentes:

Gilmar José Peixoto - (SABESP) – CBH-PP
Marco Antonio dos Santos - (ASSEMAE) – CBH-PCJ
Jefferson Nascimento – (UNESP) CBH-SJD
Helio Cesar Suleiman – (FABHAT) – CBH-AT
Nelson Portéro – (AEAAB) – CBH-BS
Cláudio Bedran – (Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde) –
CBH-TB
Claudio Daher - (DAEE) -CBH-BPG
Emilio Prandi – (DAEE) / CBHs AP e MP
Irene Sabatino – (DAEE) - CBH Mogi
Luiz Otávio Manfré – (DAEE) – CBH-BT
Gustavo Antonio Silva – (DAEE) – CBH-SJD
Ney Ikeda – (DAEE) – CBH-RB
Lucíola Ribeiro – (DAEE) - CBH-SJD
Mylenni (Sec. Executiva CBH-PP)
Renato Crivellenti - (DAEE) - CBH PARDO
Alvaro Yanagui– (DAEE) - CBH-PP
Nazareno Mostarda Neto - (DAEE) – CBH-SM
Renato Veneziani Traballi – (Sindicato Rural de são José dos Campos) - CBH PS
Viviane de Sousa Peres – (DAEE) – CBH-SMG
Flavia Pascoal – (Prefeita de Ubatuba) - CBH-LN
Amauri Pollachi – (APU) – CBH-AT
Erica Tognetti – (DAEE) – CBH-TJ
Lupercio Ziroldo Antonio – (DAEE) – CBH-TB
Andreza Araujo – (Prefeitura de Ribeirão Pires) – CBH-AT
Jodhi Jefferson Allonso – (DAEE) – CBH-SMT
Eleusa Maria da Silva – (OAB) – CBH-SMT
Andre Luiz Sanchez Navarro – (DAEE) – CBH-PCJ
Sidney Felix Caetano – (DAEE) – CBH-BS
Maria Cecilia – (DAEE) - CBH-TG
Jorge Augusto de Carvalho Santos – (SIMA) - CBH-SMG
Mônica Spegiorin – (Associação Amigos do Jardim Pedra Verde) - CBH-LN
Maria Luísa Taborba Borges Ribeiro – (Fundação SOS Mata Atlântica) – CBH-
SMT
David Ayub – (DAEE) – CBH-ALPA

7

8 **1. Abertura.** O Coordenador Geral do Fórum Paulista de Comitês de
9 Bacias Hidrográficas-FPCBH e Prefeito de Ribeirão Pires, Clovis Volpi,
10 constatando quórum abriu a 2ª Reunião do Fórum Paulista de 2021
11 agradecendo a presença de todos e comunicou que devido a seus
12 compromissos como chefe do executivo municipal o Coordenador Ad-
13 junto Amauri Pollachi (CBH-AT) conduziria os trabalhos do dia. Na se-
14 quência orientações sobre o bom andamento dos trabalhos com as re-
15 comendações técnicas e soluções básicas da plataforma tecnológica
16 utilizada para a reunião não presencial (Teams - Microsoft).

17 **2. Informes-2.1. Andamento das atividades dos GTs: a) Agência de**
18 **Bacia, por André Navarro (CBH-PCJ); b) FEHIDRO, por André Na-**
19 **varro (CBH-PCJ); c) Sala de Situação, por André Navarro (CBH-**
20 **PCJ).** André Luiz Sanchez Navarro, Coordenador do GT-FEHIDRO,
21 GT-Agências e Membro do GT-Sala de Situação apresentou. O GT-
22 FEHIDRO coordenado por André Navarro do CBH-PCJ e Beatriz Vilera
23 do CBH-AT/FABH-AT tem objetivo de elaborar manifestação do Fórum
24 sobre a revisão do Manual FEHIDRO de Investimento-MPO. As reuni-
25 ões aconteceram em 22/02 e 11/03/21 para validar e oferecer contribui-
26 ções da proposta elaborada que contém 16 itens, e foram posterior-
27 mente enviadas oficialmente à CRHi e na 1ª Reunião do FPCBH de
28 2021, pelo Item 3.4 foi referendada a manifestação. O GT-Agências co-
29 ordenado por André Navarro, Carol Prado, Aline Meneses da Agência
30 PCJ tem por objetivo discutir a implantação e o funcionamento das
31 Agências de Bacias-FABHs. As reuniões ocorreram em 12/05, 25/06,
32 27/07 e 24/08/21. Já trataram da avaliação das Fundações instaladas e
33 das dificuldades que enfrentam, das perspectivas futuras relacionadas
34 à instituição e ao seu funcionamento, do levantamento das dificuldades
35 e possíveis soluções para o atendimento ao MPO e está em andamento
36 a elaboração de documentos, minutas e ofícios. O GT-Sala de Situação
37 coordenado por Irene CBH-MOGI e Mayara Sakamoto da Agência PCJ
38 tem por objetivo a implantação de Salas de Situação no Estado e reali-
39 zou reuniões em 12/05 e 08/06/21, com apresentações sobre Sala de
40 Situação, o Parecer Técnico DPG nº 01/2021 da CRHi, da necessidade

41 de definição de nova coordenadoria e sobre as orientações técnicas da
42 CRHi para implantação das Salas de Situação e perspectivas. **d)**
43 **CFURH, por Jociane Debini (CBH-LN).** No período realizaram três
44 reuniões discutindo principalmente a Deliberação CRH nº 248/21 que
45 trata da aprovação da revisão da metodologia de distribuição dos recur-
46 sos financeiros FEHIDRO entre as UGRHs, a vigorar a partir do exer-
47 cício de 2022 e como resultado das reuniões o levantamento de materi-
48 al de análise e discussão; entendimento dos critérios de avaliação con-
49 tidos na planilha; avaliação e discussão sobre as demandas para aten-
50 dimento dos critérios estabelecidos versus a estrutura das secretarias
51 executivas versus proporção do recurso financeiro versus eficiência do
52 investimento. Concluíram que para o curto prazo devem aguardar, pela
53 necessidade de maior articulação entre os CBHs, obtendo também o
54 posicionamento do Fórum a partir de experiência prática na aplicação
55 dos critérios no primeiro semestre de 2022 no período médio de prazo
56 promover discussão entre os CBHs quanto ao melhor direcionamento
57 dos recursos da fonte CFURH, com análise quanto a possibilidade de
58 projetos nas Vertentes e atendimento de compromissos assumidos no
59 PERH e sobre a necessidade de revisão do valor da cobrança pelo uso
60 da água.

61 Rui Brasil (SIMA/CRHi) considerou quanto maior a participação nos te-
62 mas relevantes da agenda da gestão, maior é o reflexo para o aprimo-
63 ramento do sistema, considerando também que o processo sempre é
64 dinâmico e é mais interessante que todos participem, o que pode dirimir
65 muitas dúvidas. Sobre a revisão do MPO se ao longo do tempo houver
66 razões que justifiquem modificações todas serão ponderadas junto aos
67 colegiados. Comunicou que haverá reuniões pelo ambiente on-line no
68 mês de dezembro, a do COFEHIDRO no dia 14 e CRH no dia 16 de
69 dezembro. Informou que já foi publicado edital para a concorrência pú-
70 blica visando a terceirização dos Agentes técnicos do FEHIDRO, mas
71 se depararam com muitas dificuldades, entre elas o parecer jurídico,
72 muito detalhado, que provocou inclusive mudanças de entendimentos,
73 uma vez que um ente privado não pode determinar alocação de recur-

74 sos públicos, ou seja, tudo tem que ser validado pela SECOFEHIDRO o
75 que acarreta novos procedimentos a serem adotados, mas tudo está
76 sendo detalhado no MPO. Também no ano foi consolidado e implanta-
77 do o sistema SINFEHIDRO 2.0 e um novo Agente Financeiro, o que
78 implicou em alterações do MPO, e que, provavelmente será submetido
79 para aprovação no primeiro trimestre de 2022. Sobre as mudanças pre-
80 vistas no Conselho nacional de recursos hídricos-CNRH pelo PL-
81 Projeto de Lei proposto e encaminhado pelo Governo Federal, deverá
82 ser encaminhado ao Parlamento nos próximos dias, foi denominado
83 como “Marco Hídrico” implicando em mudanças profundas daquilo que
84 já está consolidado na legislação, incluindo as competências dos Comi-
85 tês de Bacia e deve, se aprovado na íntegra, instaurar instrumentos e
86 figuras novas. O tema é de grande preocupação para o sistema de re-
87 cursos hídricos porque também mexe com alguns pilares e necessita
88 de mais estudos e de uma grande atenção, certamente se trata de um
89 desafio para todo o sistema a fim de permanecer em prática os valores
90 conforme constam na legislação. Por tudo isso o PL também pode ser
91 classificando como questão essencialmente política e precisam influen-
92 ciar no processo.

93 **2.2. Marco Legal do Saneamento, por Amauri Pollachi (CBH-AT)**

94 O Coordenador Adjunto Amauri Pollachi reiterou que seria muito inte-
95 ressante a continuidade das discussões nos CBHs e no âmbito do Fó-
96 rum sobre o Manual-MPO, sempre de forma ampla, participativa e de-
97 mocrática, pois infelizmente as mesmas ações não ocorrem com as
98 matérias inerentes ao sistema no âmbito do governo Federal. Hélio Su-
99 leiman (CBHAT/FABHAT) esclareceu que o Secretário Executivo teve
100 problemas de conexão com a plataforma da reunião pedindo desculpas
101 pela ausência. Solicitou as considerações de Maria Luisa Taborda Bor-
102 gues Ribeiro (Malu Ribeiro- Fundação SOS Mata Atlântica) que esteve
103 presente na reunião de apresentação do PL. Malu Ribeiro considerou
104 que na formulação e apresentação o Ministério do Desenvolvimento
105 Regional simplesmente esvaziou as competências do CNH além de

106 cometer graves equívocos conceituais trazendo de uma forma não mui-
107 to clara e de maneira até desrespeitosa, e ainda não apresentou clara-
108 mente a minuta texto. Deixaram claro que é prerrogativa do governo
109 Federal apresentar Projeto de Lei, mas considerou que também é ver-
110 dadeiro que alterações dessa magnitude devem ser discutidas no Con-
111 selho Nacional e na reunião fizeram proposta de encaminhamento para
112 a minuta não ser encaminhado ao Congresso Nacional antes de ser
113 discutida no Conselho Nacional pelo sistema, tendo em vista que se-
114 gundo eles 50 organizações foram consultadas, mas não foram nome-
115 adas, caracterizando que não houve um amplo debate. Considerou que
116 os CBHs devem se inteirar sobre o documento promovido pelo Obser-
117 vatório das Águas, que já conta com adesão de várias organizações
118 Aderindo ao documento que solicita a participação do sistema com uma
119 discussão consistente. Devem também se debruçar sobre os equívocos
120 conceituais do PL, considerando a sua “terceira versão”, com a institui-
121 ção de uma Política Nacional de infraestrutura hídrica dispendo sobre
122 organização e ferramentas, mas está confuso o entendimento sobre
123 infraestrutura hídrica e ainda dá a entender que não se aplica aos ser-
124 viços de saneamento básico, mas que já tem regulação específica em
125 vigor; e também dá a entender que se refere a empreendimentos de
126 reservação, acumulação e, além do mais, mistura captação-tratamento-
127 transporte, e ainda também pelo art. 9º caracteriza superposição de
128 planos confundindo atribuições, por exemplo, do Plano de Bacia, Plano
129 de segurança hídrica e Plano de infraestrutura, fragmentando os ins-
130 trumentos, e em seguida aloca horizonte de 30 anos para os Planos, e
131 depois fere princípios básicos da política nacional de recursos hídricos.
132 No rol, ainda desconsidera o acesso a água como bem público coletivo
133 dotado de valor econômico conforme a Constituição, inclusive descon-
134 siderando o acesso a água como direito humano fundamental, norma
135 que está prestes a ser homologado pelo Parlamento, enfim trata-se de
136 um texto político, e no que se refere ao foco dos Comitês de bacia tor-
137 nando meramente consultivo tirando seu caráter deliberativo levando a
138 duplicidade de competência os Planos de Bacia com total incompreen-

139 são da política de recursos hídricos. Malu concluiu dizendo que ainda
140 não está implementada totalmente a política nacional de recursos hídri-
141 cos fortalecendo todos os seus instrumentos, devem fortalecer e não
142 promover o desmonte do sistema. Sugeriu a formação de um Grupo de
143 Trabalho para discussão e fortalecimento dos princípios fundamentais
144 da política nacional de recursos hídricos e se colocou à disposição. O
145 GT deve ter também o objetivo de garantir o uso múltiplo das águas e,
146 no caso de escassez hídrica a prioridade para o abastecimento huma-
147 no, além de inovação das ferramentas tendo em vista as emergências
148 climáticas incluindo os novos paradigmas dos compromissos nacionais
149 por meio de normas complementares. O Coordenador considerou que
150 todos devem se unir e evitar qualquer retrocesso para promover avan-
151 ços necessários. Esclareceu que o PL não foi publicado, porém existe
152 uma minuta da apresentação da reunião do CNRH circulando pelas re-
153 des sociais [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/2021-](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/2021-11-30-visao-geral-do-pl-do-marco-hidrico.pdf)
154 [11-30-visao-geral-do-pl-do-marco-hidrico.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/2021-11-30-visao-geral-do-pl-do-marco-hidrico.pdf) Cláudio Bedran (Planeta Ver-
155 de) sugeriu Moção de Repúdio ao PL e aproveitou para solicitar que o
156 COFEHIDRO iguale a contrapartida dos municípios menores. Hélio Su-
157 leiman complementou como sua percepção da apresentação, que o PL
158 deverá ser encaminhado ao Congresso ainda na semana, mas na oca-
159 sião quando solicitaram o número do PL esclareceram que o texto não
160 estava pronto, ou seja, há divergências, e também estranhou porque
161 pela legislação vigente toda e qualquer alteração da política nacional
162 tem que passar pelo Conselho nacional, dando a entender que não há
163 amplo debate sobre um documento oficial e o encaminhamento em ple-
164 nário foi realmente no sentido de abrir para o diálogo. O Coordenador
165 esclareceu que foi elaborada uma carta aberta assinada por diversos
166 CBHs, organizações da sociedade civil e diversos atores sociais, com
167 severas críticas à construção do processo, porque apesar de que o sis-
168 tema sempre pode ser aprimorado, por exemplo, adaptando-se às ne-
169 cessidades das mudanças climáticas e ambientais, porém o referido
170 Projeto de Lei estabelece algumas posições que colidem frontalmente
171 com os pilares e valores fundamentais do gerenciamento dos recursos

172 hídricos, caracterizando verdadeiro retrocesso, e ainda tem forte caráter
173 mercantilista favorecendo muito mais os interesses particulares, os do
174 mercado, do que os interesses públicos pelas águas como bem co-
175 mum. Foi favorável a criação do Grupo de Trabalho. O GT foi composto
176 inicialmente por Malu Ribeiro, Hélio Suleiman, André e Andreza de Ara-
177 újo (PM de Ribeirão Pires). O GT poderá, a seu critério, propor ações
178 inclusive a Moção de repúdio que foi sugerida. Também incentivou que
179 os CBHs realizem ampla discussão durante as próximas plenárias dos
180 Comitês com possibilidade de assinar o documento conjunto que já
181 conta com mais de 100 participantes. Hélio sugeriu que a primeira reu-
182 nição ocorra em breve, pela urgência do tema e do tempo, e que estejam
183 atentos aos e-mails, como forma oficial de contato, e também se colo-
184 cou à disposição dos Comitês para apresentar o tema.

185 **2.3. Crise Hídrica e seus desdobramentos, por Eleusa Maria da Sil-**
186 **va (CBH-SMT).** A grave crise hídrica é generalizada pela bacia SMT. O
187 cenário da UHE Itupararanga, um importante manancial da região e
188 considerada popularmente como a “caixa d’água” do município de So-
189 rocaba, apresenta no nível atual 817,34m (20,22%), vazão afluente do
190 mês de novembro 3,01 m³/s, vazão afluente MLT novembro 9,88m³/s e
191 vazão afluente 31% da ML, Não há previsão de boas chuvas. Como re-
192 corte de retrato da crise o município de Alumínio, que tem grande de-
193 pendência do reservatório, está com a necessidade de aumentar a adu-
194 tora para captar mais água, e também as diversas captações nos rios
195 formadores do rio Sorocaba. Sofreram redução de vazão porque não
196 restou outra solução com a diminuição da vazão defluente 6 m³/s para
197 2,25 m³/s. A população de maneira geral está contribuindo reduzindo o
198 consumo, mas em Votorantim a Prefeita deu declarações que o reser-
199 vatório de Itupararanga pode secar que não faltará água na cidade, o
200 que seria um milagre, e em Sorocaba também apesar do Serviço de
201 Águas se mostrar muito empenho no combate à crise o gestor público
202 não está. Foi encaminhado ofício para o DAEE rever as outorgas con-
203 siderando o abastecimento público prioritário, mas o Departamento res-
204 pondeu que no momento não há necessidade, e assim o Comitê apon-

205 tou para necessidade de uma reunião com o Superintendente do DAEE
206 para expor a realidade da situação. Grande parte dos municípios já im-
207 plantou rodízio de água para abastecimento, e o Alto, Médio e Baixo
208 Sorocaba também tem problemas. A situação do reservatório preocupa
209 muito pela diminuição do volume, e continua diminuindo. As vazões
210 afluentes estão próximas de 30% da média histórica desde o final de
211 2020. A saída de água do reservatório 4,2 m³/s sendo 2,25 para calha
212 do rio Sorocaba e 1,95 diretamente para o serviço de águas da cidade
213 para o abastecimento público, entra apenas aproximadamente 2m³/s.
214 Entre as diversas medidas adotadas o Comitê também criou o Grupo
215 de Trabalho Crise Hídrica, com reuniões semanais, composto pelos
216 principais atores da região envolvendo inclusive diversas reuniões de
217 diálogo com a empresa Votorantim Energia. Um modelo da empresa
218 Votorantim com a vazão 2,25 m³/s indica o prazo de julho/2022 abaixo
219 de 817,5 novamente. O problema só está sendo adiado. O Coordena-
220 dor Adjunto considero que se trata de uma situação preocupante, prati-
221 camente reproduzida em quase todas as bacias do estado. Considerou
222 e reiterou que as emergências climáticas apontam que considerar os
223 dados do passado, dos estudos hidrológicos, para as previsões atuais
224 do futuro tem chance de erro muito grande e perguntou qual era a al-
225 ternativa que o Comitê estava adotando com ações diretas ou indiretas.
226 André Cordeiro Alves dos Santos (Vice-Presidente do CBH-SMT, Coor-
227 denador do GT Crise Hídrica) disse que emergencialmente solicitaram
228 para a empresa Votorantim Energia esvaziamento de algumas cavas de
229 mineração para utilizarem essas águas de chuvas a fim de manter a
230 calha do rio Sorocaba, porém as calhas são limitadas e a única opção
231 está na revisão de outorgas, porque como disse o próprio Coordenador
232 Adjunto, os estudos do passado não estão batendo com a realidade
233 atual, porém a diretoria do DAEE-Piracicaba não respondeu sobre a
234 revisão de outorgas, o que trouxe inclusive problemas dentro do GT
235 Crise Hídrica porque os representantes das Concessionárias estão se
236 sentindo prejudicados pela falta de revisão das outorgas dos outros
237 usos, esses estão sem nenhuma restrição, então a resposta do DAEE é

238 urgente, apesar do órgão ter sido oficializado mais de uma vez, e tam-
239 bém disse que há resistência das prefeituras da região para iniciar o
240 rodízio de água, devido ao desgaste político de tal ação, mas é neces-
241 sário que todos entendam que a crise hídrica é muito séria e estão se
242 esforçando para o reservatório Itupararanga não chegar ao volume
243 morto devido aos problemas da qualidade da água e para a recupera-
244 ção do ecossistema posteriormente. Outro elemento que dificulta a ges-
245 tão é que o atual Secretário executivo do comitê assumiu novo cargo no
246 Escritório do DAEE Sorocaba e há comentários que o Secretário-
247 executivo será uma pessoa da região de Piracicaba, o que classificou
248 como uma ação sem noção, assumir o cargo de Secretário executivo
249 alguém fora da bacia hidrográfica, que nem conhece a realidade e os
250 problemas locais. Solicitou diálogo urgente para alinhamento com o
251 DAEE para apoiar o Comitê com a restrição das outorgas e para indica-
252 ção do Secretário executivo, inclusive no dia seguinte estava agendada
253 uma reunião plenária do Comitê e ele como Vice-Presidente nem sabia
254 quem seria o novo Secretário para assumir o cargo. Malu Ribeiro pro-
255 pôs, como a questão envolve a macrometrópole paulista, levar o tema
256 da revisão de outorgas para a reunião do Conselho-CRH. Na sua per-
257 cepção o Comitê SMT expôs claramente seus problemas e fez apelo ao
258 Fórum Paulista visando também o fortalecimento dos Comitês e do sis-
259 tema paulista. Solicitou o apoio do Fórum para levar o debate ao CRH,
260 e disse que o problema é maior uma vez também que as previsões in-
261 dicam poucas chuvas futuras, a situação tende a se agravar. O Coor-
262 denador Adjunto apoiou a sugestão, com possibilidade inclusive de es-
263 tender as revisões de outorga para todas as bacias nas macrometrópo-
264 les na medida do avanço da crise hídrica, sempre tomando todas as
265 precauções para não chegar ao ponto de utilização do volume morto
266 dos reservatórios. Jodhi Jefferson Allonso (DAEE/SIMA) disse que a
267 competência para revisão de outorgas compete à Superintendência do
268 órgão e o Escritório estudou o caso elaborando propostas. O tema está
269 sendo avaliado pela Superintendência, a competência extrapola a atua-
270 ção do Escritório e a Diretoria da bacia envolve as duas Unidades de

271 Gerenciamento, alterar ou não a Secretaria executiva não significa que
272 será uma pessoa que não conhece a bacia Sorocaba-Médio Tietê, to-
273 dos os técnicos do Departamento são capacitados e gabaritados para
274 executar a função da melhor maneira possível e a integração entre a
275 bacia SMT e PCJ sempre existiu e vai continuar existindo. Não deixou
276 totalmente a Secretária executiva, ocupará o cargo de Secretário exe-
277 cutivo adjunto, portanto sempre continuará existindo a integração, e
278 discordou da posição do Vice-Presidente, é necessário fortalecer ainda
279 mais a parceria com o Comitê vizinho, além do que também é prerroga-
280 tiva do DAEE como Secretaria executiva do Comitê, considerando o
281 estatuto do Comitê, para fazer as alterações como bem quiser e enten-
282 der.

283 O Coordenador Adjunto considerou que diante da crise hídrica e, pelas
284 manifestações dos membros do colegiado, é importante também a revi-
285 são dos valores da cobrança pelo uso da água e a implantação no uso
286 rural, e seria mais interessante uma manifestação oficial do Fórum Pau-
287 lista visando a implementação das medidas.

288 **2.4. Ciência e Tecnologia, por Jefferson Nascimento de Oliveira**
289 **(CBH-SJD e UNESP-IIha Solteira).** O Mestrado Profissional Rede Na-
290 cional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos-PROFÁGUA é um
291 curso de pós-graduação na modalidade stricto sensu integrado em re-
292 de e também atende os Comitês de Bacia desde 2017, com nota CA-
293 PES 4. Conta com cerca de 180 docentes formando mais de 280 Mes-
294 tres, cerca de 410 discentes matriculados por curso na rede de 14 Uni-
295 versidades pelo País, distribuídas por 7 das 12 Regiões Hidrográficas
296 do Brasil e todos os 1174 inscritos passaram por processo seletivo. O
297 Mestrado conta com o apoio financeiro da ANA-Agência Nacional de
298 Águas e Saneamento Básico, incluindo parcerias internacionais como
299 UNESCO-IHE e ITT. As dissertações estão alinhadas com praticamen-
300 te todos os 17 ODS e os projetos podem ser replicados em todo o Es-
301 tado, como o Projeto Palestras nas Escolas em que os alunos do Pro-
302 fÁgua UNESP ministraram palestras em 12 escolas públicas de 7 mu-

303 nicípios, dirigidas a 717 alunos entre o ensino Fundamental e o Médio.
304 Também como um produto gerado do PROFAGUA para ser implemen-
305 tado o APP Aplicativo de acompanhamento de parâmetros físico-
306 químicos e do rio urbano em Manaus-AM, Igarapé do Mindu, e Progra-
307 ma computacional para avaliação de desempenho operacional de ETEs
308 como instrumento para a gestão integrada da água, além de diversos
309 livros publicados pelo Mestrado, diversos cursos e palestras procurando
310 integrar a sociedade, os Comitês e a Academia. O Coordenador Adjun-
311 to parabenizou e agradeceu o compartilhamento das informações atri-
312 buindo o conhecimento em iniciativa extraordinária da UNESP e do
313 professor para formação de técnicos e gestores e, também disse sobre
314 a necessidade que cada vez mais a formação possa ser de caráter in-
315 terdisciplinar.

316 **2.5. Apresentação sobre o Diálogo Interbacias de Educação Ambi-**
317 **ental, por Suraya Modaelli (CBH-AP).**

318 **Carlos Camargo (Cadu)** apresentou. As Prefeituras e as Secretarias da
319 Educação, que integram os Comitês não tinham de fato participação
320 com educadores, nem produção de material específico sobre as Bacias
321 Hidrográficas para apoiar os trabalhos, apesar de que a Educação Am-
322 biental não é formalmente um instrumento de gestão os Comitês se uni-
323 ram para promover a articulação dos educadores e a integração com os
324 Comitês. Assim surgiu em 2003 o Dialogo Interbacias de Educação
325 Ambiental com os objetivos de promover reflexão, avaliar resultados e
326 avanços da educação ambiental, promover o diálogo entre os diversos
327 agentes, articular a integração de ações educativas dos Comitês de
328 Bacias Hidrográficas e as Secretarias de Estado, disponibilizar informa-
329 ções e capacitar os membros dos Comitês. Como resultados muitas
330 parcerias foram formalizadas desde 2019, Comitês desenvolveram pro-
331 jetos em parcerias com a UNESP e o fortalecimento do Fórum Estadual
332 de Comitês. Com a pandemia COVID-19 em 2020 não foi realizado o
333 Diálogo Interbacias e em 2021 foi realizado de forma online. O XVIII
334 Diálogo Interbacias teve como tema “Educação Ambiental na Crise Hí-

335 drica - Eficiência Energética e os Comitês de Bacias” com 255 partici-
336 pantes, representantes dos 21 Comitês do Estado e de outros estados
337 da Federação. Com Oficinas de Capacitação, a Roda de Diálogo: Os
338 Comitês de Bacias no enfrentamento da Crise Hídrica – Experiências,
339 Reflexões sobre a crise Hidroenergética no Brasil, palestra “Cidades
340 resilientes frente as mudanças globais” e o VII Encontro das CTEAs,
341 CRH e CBHs.

342 **3. Ordem do dia: (A redação final das Deliberações aprovadas são**
343 **publicadas na webpágina <https://forumpaulista.org/deliberacoes/>)**

344 **3.1. Aprovação da Ata da 1ª Reunião do Fórum Paulista de Comi-**
345 **tês de Bacias Hidrográficas de 2021, realizada em 11/06/2021.** Após
346 solicitação e aprovação da dispensa de leitura a Ata foi aprovada por
347 unanimidade. O Coordenador Adjunto solicitou encaminhamento de to-
348 das as apresentações da reunião para a Secretaria Executiva de modo
349 a compartilhar as informações com toda a sociedade.

350 **3.2. Aprovação da indicação de representante para participar do**
351 **Fórum Nacional de CBHs.** Haverá reunião do colegiado coordenador
352 do Fórum Nacional de CBHs nos dias 08 e 09 em Vitória-ES para tanto
353 necessitam a indicação de um representante do FPCBHs. Foi indicado
354 para representar provisoriamente na próxima reunião Hélio Suleiman
355 (CBHAT/FABHAT) e para as próximas reuniões André Navarro (CBH-
356 PCJ).

357 **3.3. Solicitação ao COFEHIDRO de extensão do prazo para os**
358 **CBHs deliberarem sobre os empreendimentos FEHIDRO em 2022.**

359 Beatriz Vilera do CBH-AT/FABH-AT disse que as Câmaras Técnicas do
360 Comitê do Alto Tietê se reuniram para discutir os critérios para análise
361 dos empreendimentos frente aos recursos de 2022 e, considerando que
362 será um ano eleitoral, a tendência é que se estabeleça o mês de maio
363 como data final para indicação dos empreendimentos pelos colegiados,
364 porém foi identificado dificuldade de atender o prazo e foi formulada a
365 proposta para o Fórum Paulista solicitar a extensão do prazo para o
366 mês de agosto ou setembro de 2022. O CBH-PCJ informou que estão

367 trabalhando com a previsão de junho/22 e o Coordenador propôs en-
368 caminhamento oficial do FPCHs para CRHi solicitando prazo pelo me-
369 nos até o final de julho. A minuta do documento será enviada para aná-
370 lise e aprovação do colegiado por e-mail. Encaminhamento aprovado
371 por unanimidade.

372 **4. Outros assuntos e Encerramento.** André Navarro divulgou as ativi-
373 dades do Grupo de integração dos Comitês de Bacias Hidrográficas da
374 Bacia do Rio Tietê desde 2016. As reuniões foram conjuntas dos CBHs
375 AT-SMT-PCJ-TJ-TB- e BT, as Secretarias Executivas e as FABHs, ge-
376 rando em 2019 o Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês
377 composto de quatro eixos, coleta de dados informações para diagnósti-
378 co e planejamento regional, identificação dos impactos nas transições
379 entre as unidades de gerenciamento, integração dos mecanismos de
380 gestão, comunicação social e difusão de informações, que por sua vez
381 geraram nove ações incluídas no PERH em 2020. A partir de 2021 fo-
382 ram constituídos seis grupos de trabalho: Agência de bacias, comuni-
383 cação, barragens, monitoramento, pesquisas e plano para elaborar em-
384 preendimentos para cumprir o PERH e ao menos três empreendimen-
385 tos propostos para inserção no PA/PI 2020-2023. Solicitou que o infor-
386 mativo editorial com o Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comi-
387 tês seja encaminhado através do Fórum para todos os Comitês de Ba-
388 cia. Hélio Suleiman ressaltou a importância do papel e a condução dos
389 trabalhos com a ausência sentida do saudoso Engenheiro Luiz Roberto
390 Moretti, ex-Secretário dos Comitês PCJ nos trabalhos e no Plano de
391 Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês. Ressaltou também a neces-
392 sidade de união de todos os Comitês com ações coordenadas e inte-
393 gradadas e disponibilizou também para apresentação no Fórum outros
394 trabalhos do grupo Vertente. Aproveitou para agradecer a disponibiliza-
395 ção da equipe do CBHPCJ ao CBH-AT como Comitê Coordenador do
396 FPCBHs para apoio dos trabalhos. O Coordenador Adjunto parabeniz-
397 ou os trabalhos ressaltando a possibilidade e importância dos traba-
398 lhos integrados. Cumprida a pauta agradeceu as presenças, encerran-
399 do a reunião. Esta Ata da 2ª. reunião FPCBHs foi elaborada pelo Ta-

400 quígrafo Dartan Gravina com revisão da Secretaria Executiva do
401 FPCBH.

402 **Clóvis Volpi**
403 Coordenador Geral do FPCBH

404 **Mauro Pollachi**
405 Coordenador Adjunto do FPCBH

406 **Wanderley de Abreu S. Júnior**
407 Secretário-executivo do FPCBH

408 **Hélio Cesar Suleiman**
409 Secretário-executivo adjunto do FPCBH